

O ACESSO À JUSTIÇA NA DIMENSÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: UMA ABORDAGEM GARANTISTA

Sérgio Luiz Junkes^{*}

SUMÁRIO: 1 Introdução. 2 O direito fundamental ao “Acesso à Justiça”. 3 O Conselho Nacional de Justiça: aspectos gerais. 4 A abordagem garantista. 5 Considerações finais. 6 Referências.

1 INTRODUÇÃO

Malgrado o Acesso à Justiça seja um direito fundamental, e a par de todos os investimentos e avanços legislativos e tecnológicos realizados, o sistema judicial nacional, visto como um todo, permanece moroso e distante da maioria das pessoas.

Esses problemas estruturais corroem a eficácia do Poder Judiciário brasileiro e a sua própria legitimidade perante a sociedade.

Assim é que, conforme dados recentes da DataUnB (MORAES, 2006), 68% da população alegam ter um baixo grau de conhecimento a respeito do Judiciário, enquanto 40% afirmam que a Justiça é morosa, e outros 25% acreditam que esta simplesmente não funciona. Essa percepção popular é plenamente justificada se observados os reflexos negativos decorrentes desse mau funcionamento do sistema judicial na própria economia. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (GARCIA, 2006), a ineficiência na justiça é responsável pela redução em

^{*} Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Joinville (SC). Doutorando em Direito pela UFSC.

25% da taxa de crescimento de longo prazo do País. Ainda, segundo a mesma pesquisa do IPEA, a existência de um sistema judicial eficiente no Brasil refletiria em um acréscimo de 0,8% na taxa de crescimento, em um aumento de 14% na taxa de produção nacional e de 10,4% na taxa de investimentos, e, outrossim, provocaria uma queda de 9,5% na taxa de desemprego. De acordo com o Banco Central, 20% da composição do spread bancário é devido à morosidade do Judiciário¹. Não bastasse isso, mazelas como nepotismo, desperdício de recursos financeiros, de desvirtuamento da função judicial para objetivos políticos, de descumprimento de deveres funcionais por parte dos juízes sem nenhuma consequência aos faltosos, já há algum tempo ocupam grande espaço na mídia, conforme assevera Dallari (1996, p. 74).

Cichocki Neto² diagnostica esse quadro de ineficiência e de descrédito no Poder Judiciário como resultado da sua deficiente gestão administrativa e financeira, totalmente desvinculada dos anseios sociais de Acesso à Justiça.

Entrementes, com a incumbência de enfrentar esses problemas, é que foi criado, por força da Emenda Constitucional n. 45/2004, o Conselho Nacional de Justiça. Contudo, tendo em vista, de um lado, a enverga-

1 *Vide* notas técnicas do Banco Central do Brasil, n. 35, maio 2003. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/pec/NotasTecnicas/Port/2003nt35sistemajudicialmercadocredbrasilp.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2007.

2 “Mas o que recrudescer enormemente os problemas do acesso à justiça e depende, fundamentalmente, de opções e decisões políticas no quadro da Política Judiciária, é a questão referente à distribuição dos órgãos de jurisdição pelo território. Nem a União, nos casos de sua atribuição; e, nem os Estados, conseguiram ainda solucionar satisfatoriamente os problemas relativos às respectivas organizações e divisões judiciárias. A ausência de uma política judiciária nos níveis federal e estadual propende a induzir à tomada de decisões sobre esse assunto de maneira mais ou menos aleatórias. De regra, tais decisões, importantíssimas à otimização dos serviços judiciários, são tomadas à míngua de dados estatísticos, através de métodos expedidos e que nem sempre coincidem com as verdadeiras necessidades da comunidade. A isso, colabora, ainda, o distanciamento da cúpula dos Tribunais dos jurisdicionados, porque, quase sempre, alheios às reais carências. Inexiste no sistema qualquer espécie de canal de comunicação, entre a sociedade e o Judiciário, capaz de, no mínimo, opinar sobre o funcionamento dos serviços judiciais. Normalmente, as mais importantes decisões políticas desse poder são tomadas, discricionária ou arbitrariamente, pela própria cúpula de direção, ou por algum de seus órgãos, as quais nem sempre são coincidentes com as aspirações e necessidades da população. Por isso, a criação de novas comarcas ou órgãos de jurisdição, quando perpetrada à vista de critérios expedidos e leigos, nem sempre fundados naquelas necessidades, acarreta evidentemente obstrução da atividade jurisdicional e, de consequência, a do acesso aos usuários à justiça em algumas localidades e ociosidade dos serviços judiciais, em outras” (CICHOCKI NETO, José. Limitações ao acesso à justiça. p. 102-103).

dura desses problemas, que são históricos e culturais, e, de outro, a certa incredulidade reinante desde o seu advento, principalmente por parte da magistratura, a questão que se põe é se o Conselho Nacional de Justiça conseguirá desincumbir-se dessa colossal missão. Constituir-se-á ele em um organismo capaz de realmente contribuir para a mudança desse cenário de sorte a promover a efetivação do Acesso à Justiça em solo brasileiro? Aliás, existe, de fato, alguma relação entre o Acesso à Justiça e a instituição do Conselho Nacional de Justiça? Durante o curto período de funcionamento do Conselho Nacional de Justiça, é possível colher alguma evidência nesse sentido? Quais os elementos que limitam a eficácia formal e material do direito ao Acesso à Justiça no plano das atividades não especificamente jurisdicionais dos juízes, e de que forma é possível corrigi-los? Essas indagações compõem justamente o objeto desta singela pesquisa. Em resumo, com ela, pretende-se realçar os principais aspectos teóricos do direito fundamental ao Acesso à Justiça na dimensão do Conselho Nacional de Justiça, tendo como base o garantismo jurídico na perspectiva do direito constitucional brasileiro com enlace no direito processual. A investigação proposta desenvolver-se-á pelo método indutivo e centrar-se-á apenas no plano teórico-normativo, haja vista o estreito âmbito deste artigo.

2 O DIREITO FUNDAMENTAL AO “ACESSO À JUSTIÇA”

Cappeletti e Garth estabelecem duas finalidades básicas que o sistema jurídico de reivindicação de direitos e resolução de litígios deve cumprir: acesso igual a todos e produção de resultados individual e socialmente justos. A observância simultânea desses dois fatores representa o que denominam Cappeletti e Garth de “Acesso à Justiça”. Para que seja possível o “Acesso à Justiça”, esse sistema deve não apenas estruturar-se de acordo com os ditames da Justiça Social, mas também servir como elo para a sua construção (CAPPELETTI e GARTH, 1988, p. 93). Por outro lado, a disponibilização e utilização igualitárias, segundo estes autores, significam

que aquele sistema jurídico tanto pode ser iniciado por qualquer pessoa como ser desenvolvido de forma equilibrada, com paridade de armas entre as partes (1988, p. 165).

O estudo de Cappeletti e Garth (CAPPELETTI e GARTH, 1988, p. 9) marca essa evolução do conteúdo da expressão “Acesso à Justiça”, outrora identificado apenas como o acesso à tutela jurisdicional. Sob essa perspectiva, o Acesso à Justiça, nos Estados liberais dos séculos XVIII e XIX, consistia apenas em um direito “formal” de propor uma ação ou contestá-la. Correspondia, portanto, a uma igualdade formal entre as pessoas. Ou seja, todos tinham acesso à proteção judicial, mas desde que cada qual arcasse com os custos. Porém, com a expansão daquelas sociedades em complexidade e tamanho, o caráter coletivo passou a imperar nas ações e nos relacionamentos, e o direito passou a consagrar essa evolução. Reconheceram-se, a partir daí, direitos e deveres sociais não só dos governos, mas também dos entes comunitários, associativos e dos indivíduos. Para esses novos direitos, dentre os quais o direito ao trabalho, à saúde, à segurança e à educação, não bastava a mera proclamação. Exigiam efetividade e uma atuação, não passiva, mas positiva, por parte do Estado. E, com o advento das reformas propiciadas pelo Estado social, o Acesso à Justiça passou a figurar como o requisito fundamental de um sistema jurídico assentado no respeito ao valor “igualdade”. Isso porque, para esse novo modelo estatal, passou a ser considerada inócua a proclamação de direitos se inexistentes os mecanismos adequados para reivindicá-los e garanti-los (1988, p. 11). O Acesso à Justiça, a partir daí, converteu-se em direito social básico, fundamental aos mecanismos adequados para fazer valer, com efetividade, os demais direitos existentes (1988, p. 12-14).

Resumindo o pensamento de Cappeletti e Garth, pode-se dizer que, em sentido amplo, o direito fundamental ao “Acesso à Justiça” corresponde tanto à necessidade de *universalização das vias de acesso* ao sistema judicial, como também à *efetividade* dos seus resultados.

Essa “efetividade”, para Barbosa Moreira (1984, p. 27), caracteriza-se a partir do momento em que um processo judicial cumpra simultaneamente as seguintes metas:

[...] primeiro, o processo deve dispor de instrumentos de tutela adequada a todos os direitos; segundo, tais instrumentos devem se revelar praticamente utilizáveis por quem quer que se apresente como suposto titular desses direitos, mesmo quando seja indeterminado ou indeterminável o círculo dos sujeitos; terceiro, é necessário que se assegurem condições propícias à exata e completa reconstituição dos fatos relevantes a fim de que o convencimento do juiz corresponda, tanto quanto possível à realidade; quarto, o resultado do processo deve ser tal que permita ao vencedor o pleno gozo da utilidade específica assegurada pelo ordenamento; quinto, tais resultados devem ser atingidos com um mínimo dispêndio de tempo e de energia processual.

Dinamarco (2001, p. 270), na sua teoria da instrumentalidade do processo, ampliando a discussão sobre o tema, identifica a “efetividade” deste com a sua capacidade de realizar integralmente e em toda a plenitude os escopos jurídicos, políticos e sociais que norteiam a função jurisdicional.

O escopo jurídico reside na finalidade da jurisdição de atuar a vontade concreta do direito e não na composição da lide. Isso porque a composição da lide significa estabelecer a regra responsável por discipliná-la e solucioná-la no caso concreto. Todavia, antes da existência da lide essa regra já existia. Cumpre à jurisdição, portanto, promover a sua atuação. Em outras palavras, cabe à jurisdição manter-se fiel aos desígnios do direito material, a qual representa a projeção das escolhas políticas e sociais de uma comunidade (DINAMARCO, 2001, p. 209-211).

O escopo político tem o caráter de afirmar a capacidade estatal de impor as suas decisões de modo a dirigir o comportamento das pessoas de acordo com as mesmas regras de convivência compartilhadas. De outro lado, ao mesmo tempo que a jurisdição realiza a afirmação do poder estatal, presta-se também para freá-lo na medida em que lhe cabe salvaguardar as liberdades individuais e a dignidade da pessoa humana da sua interferência, bem como evitar que esta cause danos à vida do grupo social e ao desenvol-

vimento dos seus objetivos comuns. Além de promover o equilíbrio entre esses dois pólos, o escopo político também abrange um terceiro aspecto, que é o de canalizar a participação popular democrática, a qual tem um sentido de possibilitar que qualquer pessoa influa na tomada das decisões do poder político e, por conseguinte, nos destinos da sociedade política (DINAMARCO, 2001, p. 168-171).

Finalmente o escopo social consiste na justa pacificação dos conflitos e na finalidade educativa da jurisdição (DINAMARCO, 2001, p. 317). Essa finalidade educativa refere-se à conscientização dos membros da sociedade acerca das suas obrigações e direitos, inclusive o de reivindicá-los por meio do exercício eficiente da função jurisdicional. É essa eficiência que conduz à sua credibilidade social que, por sua vez, faz com que as pessoas tornem-se zelosas com os seus próprios direitos e responsáveis pelas observâncias dos alheios (DINAMARCO, 2001, p. 162). O outro aspecto é o que diz respeito à pacificação social. Segundo Dinamarco, é consequência normal e inevitável da vida em sociedade a eclosão de insatisfações, as quais estão ligadas à idéia de percepção de uma carência ou da ameaça de uma carência. Isso ocorre porque tanto quanto são infinitos o entrechoque de interesses entre as pessoas, são, de outro lado, finitos, os bens da vida sobre os quais incidem. A vida social, todavia, seria difícil se esses estados de insatisfação se perpetuassem sob a forma de decepções permanentes e inafastáveis. Por isso, o Estado, por meio da legislação, define as condutas favoráveis (lícitas) e desfavoráveis (ilícitas) à vida em comunidade, cominando recompensas e castigos (sanções) correspondentes. Além disso, por intermédio da jurisdição, o ente estatal fixa os critérios para que os bens da vida e situações almejados sejam acessíveis. Assim, evitam-se as condutas desagregadoras, estimulam-se as agregadoras e distribuem-se os bens entre as pessoas, criando, destarte, um clima favorável à paz entre as pessoas, sem insatisfações (DINAMARCO, 2001, p. 160). A eliminação dos conflitos por meio de critérios justos constitui o escopo jurisdicional social magno da justa pacificação social (DINAMARCO, 2001, p. 161).

Consoante Dinamarco, a efetividade do processo, como componente da idéia de Acesso à Justiça, compreende a idéia de que o sistema jurisdicional deva ser operacionalizado de modo que se possa “extrair dele todo o proveito que ele seja potencialmente apto a proporcionar, sem deixar resíduos de insatisfação por eliminar e sem se satisfazer com soluções que não sejam jurídica e socialmente legítimas” (DINAMARCO, 2001, p. 266-267).

De acordo com Rodrigues (2005, p. 285), a expressão “efetividade”, além da satisfação jurídica requerida, significa que a prestação jurisdicional para ser justa deve ser tempestiva, ou seja, deve ser proferida “em um espaço de tempo compatível com a natureza do objeto litigado. Do contrário, torna-se utópica a tutela jurisdicional de qualquer direito”.

Especificamente no plano constitucional, o direito ao “Acesso à Justiça” condensa, em verdade, em um só tempo, um feixe de direitos fundamentais (RODRIGUES, 2005, p. 66). Para Dinamarco (2001, p. 304), “Mais do que um princípio, o acesso à justiça é a síntese de todos os princípios e garantias do processo, seja em nível constitucional ou infra-constitucional, seja em sede legislativa ou doutrinária e jurisprudencial”.

Finalizando este tópico, com base nos aspectos anteriormente realçados, e por opção metodológica, para o fim investigatório proposto, o direito ao Acesso à Justiça é aquele que engloba os seguintes direitos fundamentais previstos na Constituição Federal: a) da inafastabilidade do Poder Judiciário ou da indeclinabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV); b) do devido processo legal (art. 5º, LIV); c) do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV); e d) do prazo razoável na prestação jurisdicional (art. 5º, LXXVIII).

3 O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: ASPECTOS GERAIS

Segundo o sociólogo Simon Schwartzmann (2004, p. 195), a chave para uma reforma significativa com vistas ao desenvolvimento econômico

afinado com o bem-estar social passa obrigatoriamente pela implementação combinada dos seguintes elementos: reforma institucional, mudança na legislação e desenvolvimento da capacidade de planejamento dos órgãos governamentais. Para ele, também,

Instituições transparentes e de conhecimento intensivo são muito menos susceptíveis de ser conduzidas por políticas clientelistas e capturadas por grupos de interesse do que aquelas que permanecem fechadas ao olhar externo e sem uma comunidade de conhecimento comprometida com suas metas (SCHWARTZ-MANN, 2004, p.192).

A criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) representa uma verdadeira e significativa “reforma institucional” no plano do Judiciário, seguindo-se as diretrizes de Schwartzmann, uma vez que este passa a ser dotado, por força de emenda constitucional, de um organismo expressamente incumbido de controlar a sua atividade não-jurisdicional, com vistas na sua necessária transparência e abertura aos anseios sociais.

A criação do CNJ, por sua vez, é fruto de uma tentativa de superação da chamada “Crise do Judiciário”³, que há tempo vem impondo uma postura dos juízes aberta e voltada aos anseios sociais⁴.

3 “A crise do Poder Judiciário é, antes de tudo, uma história de desafios. Importante para o diagnóstico da crise, é extremar seus diversos aspectos: crise estrutural de um dos Poderes do Estado intervencionista e monopolizador, macrocéfalo e ineficiente; crise institucional que surgiu e se agravou no delicado jogo do equilíbrio entre os Poderes, com a transformação do Judiciário em mediador de crises políticas e árbitro de conflitos sociais; crise de mentalidade, pela inadequação do recrutamento e da formação do juiz para lidar com os novos conflitos, sociais e políticos, que é chamado a dirimir; crise dos mecanismos de controle do exercício da função jurisdicional, crise dos cânones clássicos da responsabilidade do juiz” (grifos nossos) (GRINOVER, 1998, p. 27-28).

4 “A crise da justiça, do Judiciário e de seus juízes não há de ser vista apenas em sua faceta negativa, mas pode servir de estímulo, num enfoque prospectivo, para a resposta aos desafios, pela busca dos instrumentos e dos esquemas adequados a fazer face à realidade emergente. “Para tanto, podem servir a deformalização do processo e a deformalização das controvérsias (grifo no original); a aceitação do novo papel de árbitro político dos embates institucionais entre os demais Poderes, pelo Supremo Tribunal Federal; a assunção, pelos membros do Judiciário, de suas atribuições constitucionais, nos novos conflitos sociais; o esforço dos magistrados e de seus órgãos de classe para a necessária mudança de postura, que se fará com o auxílio de cursos de aperfeiçoamento, pela melhoria dos critérios e métodos de seleção e promoção, pela integração crescente dos tribunais por parte de leigos, tudo para quebrar o corporativismo e o enclausuramento dos juízes e para sensibilizá-los e prepará-los para os desafios dos novos tempos e a solução dos conflitos emergentes” (grifos nossos) (GRINOVER, 1998, p. 28).

O polêmico Conselho Nacional de Justiça (CNJ) brasileiro, fruto da “Reforma do Judiciário” instituída pela Emenda Constitucional n. 45, de 8 de dezembro de 2004, tem por escopo o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e o cumprimento dos deveres funcionais dos juízes (CF, art. 103-B, § 4º), sem interferir na atividade jurisdicional destes. Conceitualmente, de acordo com Flávio Costa (2001, p. 113-123), com relação à missão do CNJ, podem ser destacados quatro propósitos fundamentais: a) responsabilização disciplinar dos juízes pelas suas faltas funcionais; b) democratização das relações internas⁵; c) planejamento⁶; e d) publicidade e controle social⁷.

Trata-se de um órgão que integra o próprio Poder Judiciário (CF, art. 92, I-A), mas que, no entanto, apresenta entre os seus quinze membros, seis não oriundos da magistratura, dos quais, dois são do Ministério Público, dois são advogados e dois são cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados respectivamente pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal⁸.

- 5 “A independência dos Juízes não é submetida somente a ameaças vindas de fora da instituição judiciária. Pressões internas, oriundas dos órgãos da cúpula do Poder, também podem comprometer a imparcialidade que se almeja como fator de legitimação das decisões judiciais. [...] consideramos que o Conselho Nacional de Justiça deve ser um instrumento de democratização das relações internas no Judiciário, atuando como Instância revisional de decisões administrativas dos Tribunais, bem como propiciando a participação de Juízes de primeira instância no debate e na deliberação acerca do planejamento e da gestão do Poder Judiciário” (COSTA, 2001, p. 119-120).
- 6 “[...] a atuação do Conselho Nacional de Justiça prestar-se-ia a combater uma espécie de ‘feudalismo judiciário’ [...] Esta anomalia manifesta-se na existência de um planejamento estratégico e global do Poder Judiciário, com sintomas bem evidentes, tais como: diferenças abissais no nível de informatização dos serviços e procedimentos; [...] existência de Varas com até cinquenta vezes mais processos em tramitação do que outras, no mesmo ramo do Judiciário” (COSTA, 2001, p. 121).
- 7 “[...] é evidente que, sendo parcela da burocracia [...] a Magistratura é submetida a ‘tentações’ a ela ligadas. Como antídoto, atuam as regras – quase sem exceções – que dispõem sobre a publicidade dos processos judiciais. Contudo, permanecem expressivas partes do ‘edifício’ distantes das inspeções por parte do público, mormente as referentes ao estabelecimento de metas administrativas, à definição de prioridades institucionais e às informações que permitem analisar a real eficiência dos órgãos judiciais (em conjunto) e de cada julgador (singularmente considerado). Caberia então, ao Conselho Nacional de Justiça, ampliando – os aspectos mencionados – o controle social sobre o funcionamento do Poder Judiciário, produzindo e divulgando maciçamente relatórios analíticos acerca do desempenho deste ramo do Estado” (COSTA, 2001, p. 124).
- 8 A plena constitucionalidade da Emenda n. 45/2005 no tocante à criação do CNJ restou reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3367, relatada pelo Min. Cezar Peluso, publicada na p. 4, do Diário da Justiça da União, de 17-3-2006.

A estruturação mista do Conselho Nacional de Justiça brasileiro segue as mesmas linhas e vantagens dos modernos conselhos superiores de administração e gestão das magistraturas. Isso porque, estes, de acordo com Canotilho (2000, p. 665),

[...] apresentam-se no figurino constitucional, como órgãos de defesa da independência externa dos magistrados relativamente a outros poderes estranhos à organização judiciária. No entanto, a sua composição indicia que não se trata de órgãos de autogoverno da magistratura ou do Ministério Público. A composição mista [...] aponta no sentido de órgãos independentes de administração da justiça mas sem as características dos esquemas organizatórios da “automovimentação corporativa”, livres de qualquer ligação à representação democrática. Neste sentido se diz que eles “legitimam” a independência da magistratura furtando-a à “opacidade corporativo-institucional”. Por outro lado, a presença de um número significativo de magistrados impede qualquer tentativa de politicização de órgãos que pela sua própria razão de ser se destinam a assegurar a independência externa das magistraturas.

A composição mista do CNJ brasileiro, com a participação de integrantes da sociedade, o conteúdo da sua missão e os instrumentos que a Constituição Federal lhe confere convergem tanto para o modelo ideal proposto por Cappeleti⁹, voltado aos “consumidores” da Justiça, quanto para o de Habermas, em que tal se mostra como pressuposto de uma democracia forte baseada em uma cidadania ativa. Na teoria de Habermas, aliás, é imperativo que o sistema judicial propicie o Acesso à Justiça, e que cada membro da sociedade, como cidadão ativo, possa controlá-lo como um verdadeiro processo político¹⁰.

9 “Justamente para remediar o risco da clausura corporativa, particularmente ameaçador numa magistratura de carreira, deve-se adotar, por isso, os instrumentos normativos, organizativos e estruturais que possam tornar a autonomia dos juízes aberta ao corpo social e, assim, às solicitações dos ‘consumidores’ do supremo bem que é a Justiça” (CAPPELETTI, 1989, p. 91).

10 “Os direitos só se tornam socialmente eficazes quando os atingidos são suficientemente informados e capazes de atualizar, em casos específicos, a proteção do direito garantida através de direitos fundamentais de justiça. A competência de mobilizar o direito depende, em geral, do grau de escolaridade, da procedência social e de outras variáveis (tais como sexo, idade, experiência em processos, tipo de relação social envolvida no conflito, etc.). E a utilização do direito materializado levanta

O Acesso à Justiça, como se observa da leitura do art. 103-B da Constituição Federal, não é colocado expressamente sob a tutela do CNJ. Todavia, a presente pesquisa pretende demonstrar que se constitui aquele em verdadeiro princípio fundante do organismo e que, por isso, norteia tanto a sua estruturação como a sua atuação. Isso porque o CNJ, por meio das suas funções institucionais de controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, pode corrigir e restringir comportamentos dissonantes com o escopo último de tornar o Acesso à Justiça simultaneamente efetivo e igualmente disponível a todos os que dele necessitarem.

Mirando-se nesses aspectos, propõe-se que o Conselho Nacional de Justiça constitua-se, ou pode vir a constituir-se, em instituição-chave tanto na construção de um modelo judicial fundado, e condicionado, no Acesso à Justiça como na remoção de óbices existentes a este respeito¹¹. Ou seja, o CNJ seria uma instituição essencial à eficácia formal e material do direito fundamental ao Acesso à Justiça.

enormes barreiras, exigindo do leigo que decompõe seus problemas cotidianos (do trabalho, lazer e consumo, moradia, doença, etc.) em construções jurídicas muito especializadas, abstraídas do contexto da experiência do mundo da vida. Daí a necessidade de uma política compensatória de proteção jurídica, capaz de fortalecer o conhecimento do direito, a capacidade de percepção, de articulação e de imposição por parte dos clientes de proteção. O contrapoder dos interesses sociais pode ser reforçado através da coletivização da imposição do direito (grifo original), isto é, através de medidas convencionais, tais como seguro de proteção jurídica, assunção dos custos dos processos, etc. O instrumento de demanda em nome de uma associação ou de uma comunidade, bem como a criação de mediadores, de postos de arbitragem, etc., pode aliviar clientes impotentes e sobrecarregados; seria preciso, no entanto, que a proteção jurídica coletiva não se resumisse a aliviar o indivíduo através de uma representação competente, mas o engajasse (grifo original) na percepção organizada, na articulação e na imposição de seus próprios interesses. Se se quiser impedir que a tutela por parte do Estado Social se alastre ainda mais por este caminho, é necessário que a pessoa envolvida experimente a organização da proteção do direito como um processo político e que ela mesma participe na construção do contrapoder articulando interesses sociais. A colaboração no processo de realização do direito cria um laço entre o status positivo do direito, valorizado em termos coletivos, e o status de cidadão ativo" (grifos nossos) (HABERMAS, 2003, p. 149).

- 11 Conforme Grinover, o direito de "Acesso à Justiça" implica, entre outras coisas, no "direito ao acesso a uma justiça adequadamente organizada e formada por juízes inseridos na realidade social e comprometidos com o objetivo de realização da ordem jurídica justa" e, também, no "direito à remoção dos obstáculos que se antepõem ao acesso efetivo a uma justiça que tenha tais características" (grifos nossos) (GRINOVER, 1998, p. 9-10).

4 A ABORDAGEM GARANTISTA

Com base nas premissas já alinhadas no item anterior, e a fim de atingir o desiderato investigatório proposto, mostra-se viável a análise do problema sob o viés do garantismo. Isso porque o garantismo apresenta três âmbitos distintos, mas conexos entre si, todos eles necessários à abordagem da temática posta. Esses três âmbitos do garantismo, conforme explicitado por Luigi Ferrajoli (2006, p. 785-788), são os seguintes: a) teoria e crítica do direito em que há a distinção entre normatividade e realidade, entre validade, vigência e efetividade; b) modelo normativo substancial que prevê a existência de garantias não só formais mas efetivas dos direitos fundamentais dos cidadãos¹²; e c) uma filosofia política que preconiza a obrigação de justificação externa do direito e do Estado com base nessas garantias fundamentais, as quais lhe servem de fim¹³.

Ou seja, segundo a abordagem garantista, seguindo-se a ordem dos três mencionados âmbitos, é simultaneamente possível: a) realizar uma crítica do direito fundamental ao Acesso à Justiça envolvendo tanto os seus aspectos legais como práticos; b) delinear os aspectos teóricos de um modelo normativo substancial de sistema judicial em que o Conselho Nacional de Justiça seja instrumento de garantia formal e efetiva do direito fundamental ao Acesso à Justiça; e c) estabelecer a necessidade de controle social sobre a atividade não jurisdicional dos juízes proporcionado pelo Conselho Nacional de Justiça como fator de justificação externa do direito e do Estado com base na garantia de efetivação do Acesso à Justiça, à qual serve de fim.

12 O garantismo, nessa acepção, identifica-se como modelo em que as práticas jurídicas sujeitam-se, formalmente e materialmente, aos conteúdos constitucionais dos direitos fundamentais (ROSA, 2002, p. 25).

13 Cademartori bem explicita essas acepções delineadoras da teoria do garantismo: “Em nível epistemológico, essa teoria embasa-se no conceito de centralidade da pessoa, em nome de quem o poder deve constituir-se e a quem deve o mesmo servir. Esta concepção instrumental do Estado é rica em consequências, tanto como teoria jurídica quanto visão política, dado que as mesmas vêem o Estado de direito como artifício criado pela sociedade, que é logicamente anterior e superior ao poder político. Como modelo explicativo do Estado de Direito, a teoria garantista consegue dar conta desse aparato de dominação com extrema competência, eis que o apresenta como uma estrutura hierarquizada de normas que se imbricam por conteúdos limitativos do exercício do poder político. Propõe assim um modelo ideal de Estado de direito, ao qual os diversos Estados Reais de direito devem aproximar-se, sob pena de deslegitimação. Tem-se aqui então o aspecto propositivo da teoria, ao postular valores que necessariamente devem estar presentes enquanto finalidades a serem perseguidas pelo Estado de Direito, quais sejam, a dignidade humana, a paz, a liberdade plena e a igualdade substancial” (CADEMARTORI, 2006, p. 230).

De acordo com Cademartori (2006, p. 101-102), constitui “pano de fundo teórico-geral do garantismo a importante distinção de quatro predicados imputáveis às normas: justiça, vigência, validade e eficácia (efetividade):

- a) uma norma é “justa” quando responde positivamente a determinado critério de valoração ético-político (logo, extra-jurídico);
- b) uma norma é “vigente” quando é despida de vícios formais; ou seja, foi emanada ou promulgada pelo sujeito ou órgão competente, de acordo com o procedimento prescrito;
- c) uma norma é “válida” quando está imunizada contra vícios materiais; ou seja, não está em contradição com nenhuma norma hierarquicamente superior;
- d) uma norma é “eficaz” quando é de fato observada pelos seus destinatários (e/ou aplicada pelos órgãos de aplicação).

O garantismo, em resumo, para fins desta pesquisa, é a teoria crítico-normativa vinculada ao Estado Democrático de Direito que situa a efetiva e substancial proteção e concretização do conteúdo dos direitos fundamentais dos cidadãos como o centro e a finalidade de qualquer sistema político-jurídico, e que os coloca, dessa forma, a salvo dos interesses das maiorias e do próprio Estado¹⁴.

O Acesso à Justiça, segundo aqui se propõe, enquadra-se como uma prestação positiva (SARLET, 2004, p. 201), visto que exige do Estado a estruturação de um sistema judicial que produza efetivamente o Acesso à Justiça a todas as pessoas. Essas prestações positivas são próprias do Es-

14 “A primeira regra de todo pacto constitucional sobre a convivência civil não é precisamente que sobretudo se deva decidir por maioria, mas que nem tudo se pode decidir (ou não decidir), nem mesmo pela maioria. Nenhuma maioria pode decidir a supressão (e não decidir a proteção) de uma minoria ou de um só cidadão. Sob este aspecto o Estado de direito, entendido como sistema de limites substanciais impostos legalmente aos poderes públicos apara a garantia dos direitos fundamentais, se contrapõe ao Estado absoluto, seja ele autocrático ou democrático. Mesmo a democracia política mais perfeita, representativa ou direta, é precisamente um regime absoluto e totalitário se o poder do povo for nela ilimitado” (FERRAJOLI, 2006, p.792).

tado Social de Direito como o nosso¹⁵. O desenvolvimento dessa espécie de Estado em muito contribui para entender tanto a falta de efetividade conferida ao Acesso à Justiça até os dias de hoje como a falta de um controle eficaz sobre a atividade não jurisdicional dos juízes, que os conduzem a uma situação de injustificável privilégio. Isso porque, conforme Ferrajoli (2006, p. 796),

[...] o desenvolvimento (do Estado Social) surgiu, em grande parte, com o simples alargamento dos espaços de discricionariedade dos aparatos burocráticos, o jogo sem regulação dos grupos de pressão e das clientelas, a proliferação das discriminações e dos privilégios, bem como das sedes extralegais, não controladas e ocultas dos poderes público e parapúblico.

Entrementes, segundo Ferrajoli (2006),

Não foi ainda, em suma, nem teorizado nem realizado um Estado social de direito, isto é, caracterizado – antes que por concessões – por obrigações taxativamente estabelecidas e sancionadas, de direitos claramente definidos e acionáveis com respeito aos órgãos públicos exatamente individualizados, e, portanto, pela certeza, pela legalidade e pela igualdade na satisfação das expectativas.

A abordagem garantista, portanto, tem o compromisso de contribuir para o suprimento dessa lacuna teórico-normativa própria do Estado Social de modo a tornar efetivo e deduzível em juízo o dever público decorrente das prestações positivas constantes do catálogo de direitos fundamentais. Na pesquisa proposta, sob essas mesmas premissas, pretende-se contribuir com subsídios teóricos para que o Acesso à Justiça, por meio da garantia de controle da atividade não jurisdicional exercido pelo Conselho Nacional de Justiça, torne-se um direito não só formalmente previsto mas efetivo, e o Judiciário, um poder legítimo. A propósito, a noção de legitimidade, segundo a visão garantista, consiste na “adequação da produção normativa e da ação administrativa aos valores plasmados nas cartas de Direitos fun-

15 Por isso, aqui se diz direito “ao” e não direito “de” Acesso à Justiça. A propósito: FERRAJOLI, 2006, p. 794-795.

damentais” (CADEMARTORI, 2006, p. 230). Por isso, de acordo com Ferrajoli (2006, p. 790),

[...] não existem, no Estado de direito, poderes desregulados e atos de poder sem controle: todos os poderes são assim limitados por deveres jurídicos, relativos não somente à forma mas também aos conteúdos de seu exercício, cuja violação é causa de invalidez judicial dos atos e, ao menos em teoria, de responsabilidade de seus autores.

Não se pode olvidar ainda de que, para o garantismo, o Acesso à Justiça é um direito básico e essencial à garantia de todos os demais direitos fundamentais. Isso porque, na visão garantista, o Estado de Direito é aquele que se funda, formalmente, no princípio da legalidade, e, substancialmente, na

[...] funcionalização de todos os poderes do Estado à garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos, por meio da incorporação limitadora em sua Constituição dos deveres públicos correspondentes, isto é, das vedações legais de lesão aos direitos de liberdade e das obrigações de satisfação dos direitos sociais, bem como dos *correlativos poderes dos cidadãos de ativarem a tutela judiciária* (grifos nossos) (FERRAJOLI, 2006, p. 790).

O sistema judicial brasileiro em relação ao Acesso à Justiça, antes da criação do CNJ, apresentava um baixo grau de garantismo, tanto tomado o modelo constitucional existente como em relação ao seu efetivo funcionamento. Isso porque a ausência de um organismo de controle misto da atividade não jurisdicional contribui decisivamente para a negação prática do direito de Acesso à Justiça proclamado na Carta Magna. Antes do advento do CNJ, carecia o sistema judicial, usando as palavras de Ferrajoli (2006, p. 786), de “mecanismos de invalidação e de reparações idôneos” que propiciassem “o controle e a neutralização do poder e do direito ilegítimo”. Essa situação, nos termos propostos, inverteu-se a partir da criação e atuação do CNJ.

Veja-se. De acordo com levantamento publicado no jornal Folha de São Paulo em 11 de março de 2007, dos vinte e sete Tribunais de Justiça do País, catorze nunca investigaram seus desembargadores por desvio de conduta. Em outros nove consultados, apenas três punições foram aplicadas. No Conselho Nacional de Justiça, por sua vez, desde a sua criação, e de acordo com a mesma reportagem, já há *1.724 em curso! Afora as inúmeras punições que já aplicou, cita-se o afastamento, por corrupção, do presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia Sebastião Teixeira.*

Desde a sua instalação, a par de seus equívocos e eventuais excessos, o CNJ tem tomado, ainda, inúmeras atitudes que confirmam o seu papel essencial de garantia e promoção ao Acesso à Justiça, como por exemplo:

— criação de banco de dados estatísticos de todo o Poder Judiciário (Resoluções n. 4/2005 e 15/2006)¹⁶;

— determinação para que sejam utilizados critérios objetivos para aferição do merecimento nas promoções/remoções como forma de premiar os magistrados mais produtivos (Resoluções n. 6/2005 e 32/2007);

— proibição do nepotismo (Resolução n. 7/2005, com alteração da Resolução 9/2005; Enunciado Administrativo n. 1);

— fixação de teto remuneratório para o Poder Judiciário (Resolução n. 14/2006);

— estabelecimento de limites de despesas com pessoal para o Poder Judiciário da União (Resolução n. 26/2006);

16 De acordo com o Conselheiro do CNJ Alexandre de Moraes, “Com a criação do sistema de estatística, será permitida análise detalhada sobre a situação de todos os ramos da Justiça, complementada pela formação das comissões para especialização de varas em todo o país e pelo fortalecimento dos Juizados Especiais, que possibilitarão maior celeridade na prestação da Justiça e maior aproximação com a população” (grifos nossos) (A atuação do Conselho Nacional de Justiça tem sido benéfica para o Poder Judiciário? — Sim. União pelo fortalecimento. Jornal Folha de São Paulo — Tendências e Debates, de 25 de março de 2006).

— estipulação da obrigatoriedade de plantão judicial em todo o Poder Judiciário (Resolução n. 36/2007)¹⁷;

— recomendação de destinação de verba para a expansão do atendimento à população do juizado especial (Recomendação n. 4/2006);

— recomendação para o estudo de viabilidade para a criação de varas especializadas em direito de família, sucessões, infância e juventude (Recomendação n. 5/2006);

— iniciativa de elaboração de um Código de Ética da Magistratura;

— ofício a tribunais de todo o País para que façam estudos com relação à acessibilidade de deficientes físicos e pessoas com dificuldade de mobilidade nos tribunais e em todas as suas comarcas e fóruns, e para que insiram em suas previsões orçamentárias o montante necessário para a instalação de rampas de acesso, balcões mais baixos e banheiros adaptados, entre outros, a fim de atender aos deficientes físicos (Pedido de Providências n. 1.236, conselheira Ruth Carvalho);

— realização dos projetos Conciliar é Legal e Justiça Virtual¹⁸; e

— criação de cadastro nacional de adoção e respectivo sistema – Infoadote (Deliberação na 48ª sessão do CNJ, em 25-9-07).

17 Segundo o Conselheiro do CNJ Eduardo Lorenzoni, “Levantamento feito via internet em 59 tribunais do país alerta para um assunto que ainda não mereceu a devida atenção: os plantões judiciais. A análise, feita nos sites do STF (Supremo Tribunal Federal), STJ (Superior Tribunal de Justiça), TST (Tribunal Superior do Trabalho), Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunais de Justiça, mostrou que apenas 26 — menos da metade — fazem referência, ainda que incompleta, ao plantão jurisdicional permanente exigido pela Constituição Federal. Desses 26, só seis têm uma seção específica sobre o plantão. Entre todos os 59 pesquisados, apenas 14 prevêem plantão permanente como meio de prestação jurisdicional ininterrupta, ou seja, incluindo os dias úteis fora do horário normal de expediente, finais de semana e feriados ou pontos facultativos. Outros 17 tribunais entendem como plantão apenas o funcionamento em dias não úteis (finais de semana, feriados, pontos facultativos)” (Acesso à justiça fora do expediente normal. p. 1).

18 De acordo com Secretário Geral do CNJ Sérgio Renato Tejada Garcia, no tocante ao combate à morosidade, “[...] há muitas ações em andamento, mas uma delas tem o potencial de revolucionar a tramitação de processos no Judiciário: é o chamado processo virtual, ou processo eletrônico, em desenvolvimento pelo CNJ e já utilizado em alguns tribunais. [...] Além de combater a morosidade processual, o processo virtual ainda melhora o acesso à Justiça e a transparência do Poder Judiciário. Isso porque o processo eletrônico pode ser manejado em horário integral, isto é, as portas da Justiça estão sempre abertas para o jurisdicionado. Além de combater a morosidade processual, o processo virtual ainda melhora o acesso à Justiça e a transparência do Poder Judiciário” (grifos nossos) (Processo virtual. p. 1).

Em artigo publicado, o Conselheiro Alexandre de Moraes (2006) dá uma medida da contribuição do CNJ em relação ao Acesso à Justiça:

A atuação do CNJ, para garantir maior celeridade processual e efetividade das decisões judiciais, deve ser pró-ativa, e não reativa, ou seja, em vez de esperar caso a caso o julgamento de procedimentos por excesso de prazo, deve, em conjunto com os tribunais do país, diagnosticar os problemas, regulamentar a questão, fixar metas e indicar a infra-estrutura e logísticas necessárias para seu cumprimento. Com isso, a partir do ingresso do processo no tribunal, seria computado prazo certo para realizar o julgamento, uma vez que, em regra, não há a necessidade de nova produção de provas em segundo grau. [...] A atuação conjunta do CNJ e dos tribunais para a fixação de prazos razoáveis de julgamento de recursos — logicamente, com a possibilidade de justificativas excepcionais de descumprimento, quando então será analisado caso a caso (por exemplo: acúmulo exagerado, suspensão em virtude de aguardar julgamento de outro processo, recente promoção, atraso no parecer do Ministério Público, questões processuais incidentais etc.) — demonstrará a toda a sociedade a atuação pró-ativa do Poder Judiciário contra a morosidade da Justiça, possibilitando maior agilidade processual e um mais eficaz combate à corrupção.

O Conselho Nacional de Justiça, nesses dois anos de existência, conforme o Conselheiro Alencar Rodrigues (2007), tornou-se efetivo canal de controle por parte da sociedade do Judiciário, como é perceptível pelas 4.000 representações que recebeu, envolvendo as mais diversas origens e praticamente todos os tribunais do país. Segundo ele,

A constatação inicial de que o CNJ vinha atuando de forma independente, rápida e efetiva, corrigindo distorções de todos os matizes e rompendo com o mau corporativismo, presente em todas as organizações coletivas, acabou fazendo com que a sociedade, creditando confiança nesse novo órgão, apresentasse grande volume de representações, muitas delas envolvendo questões sem maior relevância ou interesse institucional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito ao Acesso à Justiça está atrelado ao sistema judicial e, por conseguinte, à sua estruturação e componentes. A definição da sua estrutura pode não se coadunar com tal direito. O mesmo pode ocorrer em relação à atuação dos seus componentes, no caso, os juízes.

Calamandre¹⁹, por seu turno, considera a deterioração moral do magistrado que se acomoda e se posta alheio aos anseios sociais, como o maior perigo que corre a função jurisdicional, até mesmo maior do que a corrupção ou a interferência política.

Douglas Alencar Rodrigues (2007), nessa esteira, anota que

O direito de Acesso à Justiça, sem instrumentos processuais que o assegurem em tempo razoável, sem um Poder Judiciário consciente de suas funções constitucionais, políticas e sociais, é um mero discurso vazio. O Acesso ao Judiciário é, portanto, um componente fundamental do acesso à justiça, entendendo esse como acesso à ordem jurídica justa.

Para Grinover (1998, p. 9-10), o direito de “Acesso à Justiça” implica, entre outras coisas, no “direito ao acesso a uma *justiça adequadamente organizada* e formada por juízes inseridos na realidade social e comprometidos com o objetivo de realização da ordem jurídica justa” e, também, no “direito à remoção dos obstáculos que se antepõem ao acesso efetivo a uma justiça que tenha tais características” (grifos nossos).

Para que o Acesso à Justiça passe da mera figura de retórica para a realidade, é necessário que haja um controle efetivo sobre a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e sobre o cumprimento dos deveres funcio-

19 “O verdadeiro perigo não vem de fora: é um lento esgotamento interno das consciências, que as torna aquiescentes e resignadas; uma crescente preguiça moral, que à solução justa prefere cada vez mais acomodadora, porque não perturba o sossego e porque a intransigência requer demasiada energia [...]. Cria-me, a pior desgraça que poderia ocorrer a um magistrado seria pegar aquela terrível doença dos burocratas que se chama conformismo. É uma doença mental semelhante à agorafobia: é o pavor da independência própria, uma espécie de obsessão, que não espera as recomendações externas, mas preceda-se, que não se dobra às pressões superiores, mas as imagina e satisfaz antecipadamente” (CALAMANDREI, 1997, p. 277-279).

nais dos juízes. Nesse sentido, Rodrigues²⁰, há mais de dez anos, vinculava a consecução do Acesso à Justiça a uma revisão da estrutura e funções que permeavam a atividade jurisdicional. A dependência em relação aos outros Poderes e a falta de fiscalização externa eram, segundo ele, os dois grandes problemas estruturais do Poder Judiciário, e que comprometiam o efetivo Acesso à Justiça. Em relação a este último, ao qual unicamente nos deteremos por opção metodológica, preconizava Rodrigues (1994, p. 90):

Hoje, no Brasil, o Judiciário é o único poder absoluto. A ninguém é dada autoridade para fiscalizá-lo. Os magistrados uma vez concursados e cumprido o estágio probatório, ou nomeados nos casos previstos em lei, tornam-se soberanos. Embora possa parecer haver contradição entre as duas observações (não possuir autonomia e ao mesmo tempo ser soberano), ela não existe. O Poder Judiciário, hoje, em termos de estrutura legal, não possui a autonomia que necessitaria frente aos demais poderes. Em compensação, é absolutamente soberano em relação à sociedade, a quem não tem de prestar contas de suas atividades e decisões. E esse é um dos principais motivos de sua crise contemporânea.

Nesse jaez, destaca Barroso²¹ que o Judiciário não pode permanecer sujeito apenas a precários mecanismos internos de fiscalização que escapam ao controle social.

Para a mudança desse indesejável cenário, mostra-se necessário, portanto, o controle da função judiciária por intermédio de um modelo que promova o perfeito equilíbrio entre a independência e a responsabi-

20 “O Judiciário é um instrumento do Estado para a concretização de seus objetivos, através do exercício da atividade jurisdicional, não um fim em si mesmo. Para que haja realmente a possibilidade de um efetivo acesso à justiça, faz-se necessário também repensá-lo em estrutura e funções” (RODRIGUES, 1995, p. 91).

21 “É preciso reconhecer a precariedade das atividades correicionais das Corregedorias de Justiça, pela forma com que são realizadas: esporadicamente junto aos órgãos de primeiro grau e, dificilmente, junto aos órgãos de segunda instância. Resultam, quase sempre, em observações de caráter burocrático e de exigências ao cumprimento de ‘normas gerais’ seculares que se preocupam mais com as regularidades formais dos livros e registros dos atos, que com a dimensão de prestação jurisdicional. Os relatórios finais dessas atividades normalmente não resultam em qualquer melhoria dos serviços. Da mesma forma, os relatos exigidos temporariamente aos Juízes, além de não serem capazes de avaliar as atividades judiciais do órgão, pois os dados solicitados representam apenas parcela dos serviços, amontoam-se nos escaninhos das Corregedorias, sem que se prestem para abrir canais de decisão à modificação e otimização do serviços” (BARROSO, 1990, p. 127).

lidade da função judiciária tal qual preconizado por Cappeleti²². Ou seja, a responsabilidade judicial deve estar inserida na concepção democrática dos consumidores do Direito e da Justiça²³.

O Conselho Nacional de Justiça é o organismo hábil a propiciar um salto de qualidade e de legitimidade do Judiciário ao fomentar uma cultura judicial uniforme voltada à consecução do Acesso à Justiça. Ao controlar a atividade administrativa e funcional dos juízes com base nessa diretriz constitucional, seja punindo e anulando atos quando necessário, seja coletando dados estatísticos, seja ordenando novas políticas judiciárias, etc., sem interferir na independência judicial, o Conselho Nacional de Justiça pode vir a consolidar-se como um instrumento de legitimação e de aproximação entre o Judiciário e os anseios sociais, uma vez que o tornará mais célere e efetivo. Enfim, nos termos da pesquisa proposta, a concretização do Acesso à Justiça, com um Judiciário melhor, passa necessariamente pelo adequado funcionamento do Conselho Nacional de Justiça, sem interferência nas atividades jurisdicionais da magistratura, e pelo respeito, como regra geral, à autonomia dos Tribunais para se estruturarem da melhor forma possível de acordo com as peculiaridades e necessidades de cada região.

22 Para tanto, esse modelo ideal deve levar em conta “[...] o fato de que emergiu na sociedade moderna o fenômeno de certo grau de inevitável politicização e socialização da função judiciária [...]. E justamente este fenômeno, ao mesmo tempo que, obviamente, impõe acentuada prudência nas relações entre o judiciário e o resto da organização estatal e social, também impõe, contudo, maior abertura e sensibilização e, assim, a responsabilização da moderna magistratura perante o corpo social, suas necessidades e aspirações” (CAPPELETTI, 1989, p. 90).

23 “[...] a responsabilidade judicial deve ser vista não em função do prestígio e da independência da magistratura enquanto tal, nem em função do poder de uma entidade abstrata como ‘o Estado’ ou o ‘soberano’, seja este indivíduo ou coletividade. Ela deve ser vista, ao contrário, em função dos usuários, e, assim, como elemento de um sistema de justiça que conjugue a imparcialidade – e aquele tanto de separação ou isolamento político e social que é exigido pela imparcialidade – com razoável grau de abertura e de sensibilidade à sociedade e aos indivíduos que a compõem, a cujo serviço exclusivo deve agir o sistema judiciário” (CAPPELETTI, 1989, p. 91).

6 REFERÊNCIAS

- ALENCAR RODRIGUES, Douglas. Um conselho que deu certo. 2007. Disponível em <http://www.cnj.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3031&Itemid=129>. Acesso em: 15 jun. 2007.
- BARROSO, Luís Roberto. *O Direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição Brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar, 1990.
- CADEMARTORI, Sérgio. *Estado de direito e legitimidade: uma abordagem garantista*. 2. ed. Campinas, SP: Millenium, 2006.
- CALAMANDREI, Piero. *Eles, os juízes, vistos por um advogado*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. Coimbra, Portugal: Almedina, 2000.
- CAPPELLETTI, Mauro. *Juízes Irresponsáveis?* Tradução de Carlos Alberto Álvaro de Oliveira. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1989.
- CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Tradução de Ellen G. Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1988.
- CICHOCKI NETO, José. *Limitações ao acesso à justiça*. 1. ed. 2. tir. Curitiba: Juruá, 2000.
- COSTA, Flávio. *Autogoverno e controle do Judiciário no Brasil: a proposta de criação do Conselho Nacional de Justiça*. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *O poder dos juízes*. São Paulo: Saraiva, 1996.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2001.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

GARCIA, Sérgio Renato Tejada. *Processo virtual: uma solução revolucionária para a morosidade*. CNJ. 2006. Disponível em: <http://www.cnj.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=50&Itemid=129>. Acesso em: 20 abr. 2007.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *O processo em evolução*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 2 v.

LORENZONI, Eduardo. *Acesso à justiça fora do expediente normal*. Disponível em: <http://www.cnj.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=57&Itemid=129>. Acesso em: 18 abr. 2007.

MORAES, Alexandre de. *A atuação do Conselho Nacional de Justiça tem sido benéfica para o Poder Judiciário? — Sim. União pelo fortalecimento*. In: Folha de São Paulo — Tendências e Debates, de 25 mar. 2006.

———. *Justiça rápida e combate efetivo à corrupção*. 2006. Disponível em: <http://www.cnj.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=56&Itemid=129>. Acesso em: 18 abr. 2007.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Tendências contemporâneas do direito processual civil*. Terceira série, São Paulo: Saraiva, 1984.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *Acesso à justiça no direito processual*. São Paulo: Acadêmica, 1994.

————— EC n. 45: Acesso à justiça e prazo razoável na prestação jurisdicional. In: *Reforma do Judiciário: primeiros ensaios críticos sobre a EC n. 45/2004*. Teresa Arruda Alvim Wambier et al (Coord.) São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. p. 283-292.

ROSA, Alexandre. *Garantismo jurídico e controle de constitucionalidade material*. Florianópolis: Habitus, 2002.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 4. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SCHWARTZMANN, Simon. *Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo*. São Paulo: Augurium, 2004.